

AGORA VAMOS TER UM MERCADO DE VERDADE?

19 ABR 1988

JORNAL DA TARDE

O governo diz que vai retirar o excesso de normas e regulamentos da economia, facilitando a expansão industrial, promovendo a reforma tarifária e estimulando as exportações.

O governo anunciará esta semana uma nova política industrial, que virá acompanhada de reforma tarifária e liberalização das exportações, além de seguir uma orientação mais aberta, removendo o excesso de normas e regulamentos impostos atualmente à implantação de projetos industriais no País. Segundo informações obtidas no Palácio do Planalto, o governo pretende, com a reforma tarifária, criar condições para que a liberdade de preços não se converta numa política contra os consumidores.

Com uma nova política de tarifas aduaneiras, o governo espera que as empresas que atuam no País se tornem mais competitivas entre si, retomem os investimentos e passem a se esforçar mais para absorver novas tecnologias.

A nova política tarifária implicará, na prática, em tratamento mais flexível para as importações, impedindo que ocorram abusos nos preços praticados por alguns setores no mercado interno. Sempre que os preços praticados por determinado setor não estiverem compatíveis com os preços daquele produto no mercado internacional, as importações serão favorecidas pela

nova política tarifária, que passará a exercer um papel preponderante de mecanismo regulador do mercado.

A nova política tarifária deverá ser fundamental para estimular muitas indústrias no País a deixar o marasmo dos investimentos e buscar novas tecnologias. Será "a hora da verdade" para o mercado interno — segundo se interpreta no Palácio do Planalto, onde se entende que é chegado o momento de o governo começar a abalar as estruturas do paternalismo.

De acordo com essa linha de raciocínio a proteção à indústria nacional deve ser condicionada a um período limitado, durante o qual determinado setor, no início de sua implantação, encontra-se sem condições de competir com o capital estrangeiro. As medidas que o setor vai se consolidando e se tornando forte, o Estado tem de retirar sua rede protetora, para que o setor possa investir em tecnologia e concorrer livre-

mente no mercado. Se isso não for feito, o maior prejudicado acaba sendo o consumidor, que perde em preço e em qualidade.

A partir da nova política tarifária, o empresário brasileiro deve ter em mente que o seu padrão de competitividade é o mercado internacional. E quando a oferta de um determinado produto se mantiver fora da realidade daquele mercado, em termos de custo e de qualidade, serão feitas as importações — segundo se explica no Palácio do Planalto.

Essa mesma posição de maior liberalidade deve atingir também as exportações. A idéia do governo é deixar que cada exportador venda livremente o seu produto no mercado externo, sem ter de passar pelo controle da Cacex. A lista de cerca de 3 mil produtos de exportação hoje controlados deve ficar restrita a pouco mais de uma dezena de produtos, tais como armamentos, munição e alguns combustíveis.

